

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



ENFRENTANDO O CAPACITISMO DENTRO DA SALA DE AULA

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

SANTOS; Ádria Siane Santos ¹

RESUMO

1- INTRODUÇÃO

Para compreender a história das pessoas com deficiência no mundo deve se considerar os períodos históricos; e, as formas como foram interpretadas, ou seja, como sendo incapazes de sobreviver na sociedade e que possuir lesões corporais era castigo ou benção divina (Santos et al., 2012), essas interpretações foram cruciais para defini-las como marginalizadas, indignas ou designadas a esta condição. Dentro da história da humanidade a pessoa com deficiência sempre foi mais vulnerável em termos de adaptar-se ao meio social e as atividades exercidas no cotidiano (Crespo, 2011). Isso não significa que as pessoas que possuem algum tipo de deficiência estejam sempre enquadradas na condição de impossibilidade de exercer suas atividades.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) possui uma Classificação Internacional de Doenças, conhecida com CID, que inicialmente surgiu em 1893, com finalidade de classificar os fatores de mortalidade, cujo texto era revisado no intervalo de 10 anos. Conforme as revisões foram sendo introduzidas, também foram aderidas as doenças que levavam a óbito. Entretanto, somente em 1938, a CID passou a classificar as doenças, não somente as relacionadas às causas de morte, mas também as lesões corporais e demais sintomas. Sendo assim, compreende-se que a CID (modelo biomédico) é um mecanismo de padronização das doenças, catalogando suas causas e sintomas, da qual é reconhecida a nível Internacional e contribui para pesquisas, tratamentos, diagnóstico, etc. (Laurenti, 1994).

No entanto, a cada revisão ficava nítida que esta classificação de doenças não conseguia suprir os problemas referente a saúde. Por isso que, em 1989 foi introduzido ao CID, o conceito de “classificação de família”, onde as doenças e demais problemas pertinentes a saúde passaram a ser interpretados por outros fatores como incapacidade, desvantagem, deficiência, informações sobre os serviços, especialidades médicas, entre outros processos (Laurenti, 1994). Nesse momento, os debates acerca da ausência de interpretações do meio social sobre as limitações corporais resultaram na Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), cujo a sua classificação leva em consideração as distinções com que cada pessoa manifesta a doença, ou seja, cada corpo possui uma singularidade, na qual a doença/lesão pode se manifestar de forma leve, moderada ou grave que pode ou não impedir na realização de suas atividades. Sendo assim, além do Código Internacional de Doença (CID), temos a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), onde a incapacidade é entendida para além das limitações corporais e biológicas, são analisadas também as adversidades encontradas por barreiras do meio social, ou seja, a CIF reconhece que as pessoas com deficiências podem ser independentes desde que a elas sejam ofertados os meios e os recursos que as insiram nas atividades. A CIF (modelo biopsicossocial) proporcionou um olhar mais atento para as avaliações médicas e, consequentemente geram contribuições nas criações de políticas públicas voltadas para inclusão social (Farias; Buchalla, 2005).

Diante desse cenário, após a Convenção das Nações Unidas para tratar sobre os Direitos da Pessoas com Deficiência estabeleceu-se mudanças na forma de inclusão e participação social e política no mundo, como também passou a entender a deficiência não somente com base nos saberes biomédicos, mas a partir de concepções do meio social (LBI, 2015). Definir o conceito de deficiência é complexo, devido as análises que competem ao campo político, social e econômico:

Deficiência não se resume ao catálogo de doenças e lesões de uma perícia biomédica do corpo é um conceito que denuncia a relação de desigualdade imposta por ambientes com barreiras a um corpo com impedimentos” (Diniz; Barbosa; Santos, 2009, p.65)

O conceito de deficiência foi passando do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial, na medida em que fomos compreendendo que apesar de possuir um corpo deficiente, o que gera as desigualdades é a ausência de mecanismos de inclusão e garantia de direitos. A LBI (2015, p. 19) no Artigo 2º compreende que: “pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Conforme aponta Diniz (2007) houve uma necessidade de desenvolver o conceito de deficiência não pensando como um problema exclusivamente pessoal, mas como uma questão que envolve o meio social. Porque a rejeição a um corpo que possui deficiência gera um enquadramento sobre o que seria normal ou anormal.

Sendo assim, no campo das Ciências Humanas entende-se que a deficiência possui um enquadramento corporal que o oprime, por isso se faz necessário reconhecer que propiciando as condições que atendam as especificidades da pessoa com deficiência ela passa a ter autonomia em suas ações (Santos, 2008).

Pensando em como as relações se constroem a partir das interações entre os indivíduos (Durkheim, 2004), a forma como os indivíduos serão vistos depende se eles estão ou não inseridos na sociedade e de que forma ocorre esse processo. Segundo Goffman (1988), os estigmas surgem na condição de evidenciar algo incomum. Nos quais, as pessoas com deficiência desde cedo são estigmatizadas por outras

¹ Universidade Federal do Pará, adria.santos@ifch.ufpa.br

pessoas para desqualificá-las, e isso ocorre porque o outro quer legitimar a sua normalidade evidenciando aspectos corporais e/ou psíquicos dos demais.

Partindo dessa interpretação social sobre a deficiência, pretendo descrever minha vivência universitária como pessoa com deficiência, a fim de propor reflexões acerca das dificuldades que se constituem a partir do não reconhecimento da autonomia e dos direitos das pessoas com deficiência e falta de solidariedade que proporciona a inclusão da diferença aos acessos da vida acadêmica. Retrato parte da minha trajetória como estudante universitária, com Distrofia Muscular de Cinturas e a busca por meu sentimento de pertencimento ao espaço acadêmico. Segundo Dall’astra (2015, p. 127) “faz parte da inclusão promover condições para que uma pessoa interaja com outra, modifique o espaço e faça algo de diferente no mesmo, podendo deixar de ser “só mais um” ali”, ou seja, sentir-se pertencente a um determinado lugar ou espaço significa que estamos sendo reconhecidos como agentes de mudanças em busca de uma sociedade mais justa.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

“Entre as narrativas sobre a desigualdade que se expressam no corpo, os estudos sobre deficiência foram os que mais tardiamente surgiram no campo das ciências sociais e humanas” (Diniz; Barbosa; Santos, 2009, p. 65)

Conforme afirma Mello (2016), os estudos sobre a deficiência são consequências das contribuições dos estudos queer que criticam o modelo de heteronormatividade. Dessa forma, esse estudo colaborou na medida em que começou a questionar o padrão de heteronormatividade, já nos estudos para o entendimento da deficiência, a sua definição é construída a partir do contexto histórico e social que coloca em questão a corponormatividade, ou seja, aqueles corpos que são considerados como capazes de desenvolver as atividades. Estes estudos ganharam forças, conforme os movimentos sociais foram contribuindo para as pautas em prol de igualdade, oportunidades e direitos para as pessoas com deficiência (Gaudenzi; Ortega, 2016).

Neste estudo, o capacitismo é definido como “atitudes preconceituosas em relação à pessoa com deficiência” (Marchesan; Carpenedo, 2021, p. 49). Segundo Goffman (1988) os estigmas são termos que utilizamos para caracterizar as pessoas evidenciando aspectos para inferiorizá-las, discriminá-las, excluí-las, marginalizá-las, entre outros termos que venham descredibilizá-las. Sendo assim, o preconceito reproduzido para desqualificar as pessoas em função das suas diferenças frente ao padrão corporal de normatividade que se caracteriza como capacitismo são atitudes que não reconhecem a capacidade das pessoas devido a sua deficiência (Marchesan; Carpenedo, 2021). O capacitismo que é reproduzido no meio social reflete de forma negativa no reconhecimento e visibilidade das pessoas com deficiência.

Muitas vezes o capacitismo está presente em situações sutis e subliminares, acionado pela repetição de um senso comum que imediatamente liga a imagem da pessoa com deficiência a alguma das variações dos estigmas construídos socialmente, aos quais se está habituado e, por isso, tendem a não serem percebidos e questionados. Porém, quando o capacitismo é óbvio e visível, ele declara uma outra coisa, ele mostra o quanto esse preconceito ainda é naturalizado como se fosse aceitável ou inevitável. (Vendramin, 2019, p. 18)

Para Hernandez (2020), isso ocorre devido a herança do modelo liberal de autossuficiência que compreende um padrão de autonomia corporal considerado como legítimo. Dessa forma, devemos pensar a deficiência para além dos fatores biológicos que correspondem as limitações corporais. É necessário entender a deficiência a partir de seu modelo social, como a falta de acessibilidade que dificulta a independência das pessoas com deficiência.

deficiência não é passível de definição, senão por sua localização relacional entre contextos e sujeitos, tempo e espaço. Ou seja, trata-se aqui de pensar deficiência como diferença. Não aquela alteridade, “o outro”, mas aquela que posiciona todo mundo em contextos sociais interlocutórios, recíprocos e assimétricos. (Lopes, 2020, p. 18)

Aprovada no ano de 2015 aqui no Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) foi pensada a partir da falta de políticas e serviços públicos para as pessoas com deficiência do território. A mudança que a LBI traz consigo é a definição do modelo social da deficiência e alterações em leis já existentes para garantir o acesso, qualidade de vida, saúde, educação e dignidade (LBI, 2015). Sendo assim, os direitos mencionados neste trabalho encontram-se na LBI (2015) e surgem na pesquisa como forma de exemplificar que existe uma legislação que garante os direitos das pessoas com deficiência, mas quando aplicada na prática é comumente violada no meio social.

Entretanto, Braga e Schumacher (2013), questionam em seus estudos que a legislação não garante a efetividade dos direitos, porque ela informa o que deve ser feito, mas a sua aplicabilidade depende dos órgãos responsáveis e do meio social, ou seja, a responsabilidade envolve a coletividade. Ao tratar sobre as políticas educacionais de inclusão, elas demonstram que os professores entendem a inclusão dos alunos com deficiência somente restrita a convivência social, não entendendo que é necessária uma adequação do currículo para atender as especificidades desses alunos. As autoras enfatizam que a inclusão de fato só ocorre, mediante as reivindicações das mães ou da própria pessoa com deficiência para ter acesso aos direitos básicos.

Ao trazer a reflexão de Bourdieu (1989), pretendo mostrar que existe uma estrutura hierarquizada dentro da Universidade que se estabelece e que não é possível perceber de forma imediata, porque está camuflada com ações que são legitimadas por seu capital social. A dificuldade de ir contra certas ações dispõem de um campo delicado cuja as disputas já estão delimitadas, mas é importante reconhecer que existe um poder simbólico que permeia essas relações e questioná-las é necessário para romper com as estruturas de dominação.

a experiência da “deficiência” proporciona um sentido de comunidade que é aproveitado na intenção de exaltar os valores fundamentais da vida, os direitos humanos e a celebração da diferença. (Gaudenzi; Ortega, 2016, p. 3064)

Em cada contexto histórico e social a deficiência é compreendida de uma forma. O que para muitos pode ser uma desvantagem (Diniz; Barbosa; Santos, 2009) para outros pode ser “uma chave a partir da qual se reivindicam os direitos e acessos, bem como se vivem e interpretam exclusões e desigualdades (Lopes, 2020, p. 1).

3-METODOLOGIA

“Trazer o meu corpo e a minha fala para quê? Por quê? E para quem?” (Pereira; Barros, 2021, p. 7). Neste estudo utilizo a autoetnografia que é um método que aborda as experiências pessoais, por isso o autor possui liberdade para escrever em primeira pessoa. É uma forma de proporcionar visibilidade, na medida em que “Eu falo da minha dor.” (Brilhante, 2021, p.14). Ao utilizar da autoetnografia pretendo proporcionar reflexões acerca da identidade, pertencimento, inclusão, acessibilidade e direitos, a fim de reforçar a importância dos estudos qualitativos como forma de transcender a hegemonia do saber iluminista (Pereira; Barros, 2021).

Como cientistas sociais, não saberemos se as experiências íntimas dos outros são semelhantes ou diferentes até oferecermos nossas

próprias histórias e prestarmos atenção em como os outros respondem, assim como fazemos no dia a dia da vida. A “verdade” desta história reside na forma como é contada e na possibilidade de que haja outros no mundo que ressoam com esta experiência. Provavelmente, minha história é única o suficiente para fornecer comparações, mas universal o suficiente para evocar a identificação. (Ellis; Lopes, 2021, p. 23)

Em seu texto, Gama (2020) nos apresenta a autoetnografia como metodologia para expormos e analisarmos nossas vivências dentro do contexto social e cultural. Para ela, ao experimentarmos novas formas, consequentemente estamos indo contra as estruturas dominantes que descredibilizam pesquisas qualitativas. E, ao utilizar-se deste tipo de pesquisa nos tornamos sujeitos políticos, transgressores e indisciplinados, uma vez que ao trazer a experiência é dar voz ao corpo, às emoções e produzir questionamentos sobre as conclusões ou imposições. É importante enfatizar a memória como dado de pesquisa (Santos, 2017). Mas, também é importante entender que a autoetnografia pode ser combinada com outros métodos (Gama, 2020; Raimondi et al, 2020; Santos, 2017; Ellis; Lopes, 2021) para melhor interpretação, análise ou reflexão (etnografia performática) dos microprocessos que resultam nas experiências macrosociais, a fim de possibilitar mudanças no meio social (Raimondi et al, 2020).

Segundo Raimondi et al (2020), a autoetnografia performática consiste na junção do método e lógica que culmina na produção de conhecimento que proporciona visibilidade e rompe com o silenciamento advindo das estruturas opressoras. Os autores compreendem que a escrita performática pode evocar os anseios, tranquilidade, medos, certezas, tristezas, alegrias, raiva, empatia e outros sentimentos que não são contemplados por pesquisas tradicionais.

Esse método permite que o pesquisador possa refletir questões da sua identidade, inclusão, dificuldades, entre outros aspectos. Sendo assim, a autoetnografia também pode possibilitar visibilidade política na medida em que o pesquisador é o sujeito ativo da história (Versiani, 2002). Segundo Gama (2020), as características que agregam aos estudos da autoetnografia são visibilidades, reflexões, engajamentos, vulnerabilidades e mudanças de pensamentos.

Uma lógica de existência e de ensino que silencia corpos e uma lógica de escrita que capitaliza textos. Qual o sentido dessa lógica, senão enaltecer pouquíssimas pessoas e, inclusive, pessoas que também estão aprisionadas em seu próprio corpo? No meu corpo, falta sentido. Muitas vezes, todas(os) nós nos emudecemos, nos colocamos em terceira pessoa, citamos corpos outros desconhecidos e desvalorizamos aquelas linhas constituídas a partir das inúmeras experiências que vivenciamos ao longo da vida e no nosso cotidiano. (Pereira; Barros, 2021, p. 14)

A autoetnografia oferece liberdade de escrita, imersão nos relatos e proporciona ao leitor reflexões sobre a temática a partir dos detalhes presentes nos fatos relatados. Não existe uma unanimidade sobre quais procedimentos utilizar durante autoetnografia, cada pesquisador utiliza o que se adapta a pesquisa que deseja desenvolver, justamente por tratar de vivências pessoais. Por isso, a coleta de dados que irei utilizar consiste em resgatar as minhas memórias e como eu percebo as ações ao meu redor, mas também resgatando a memória de pessoas próximas (Gama, 2020).

Ao utilizar esse método, pretendo apresentar as minhas vulnerabilidades e trazer para o leitor “conhecimentos apreendidos através do nosso próprio corpo, que se move e encontra diferentes ambientes, pessoas, objetos e experimenta diversas emoções” (Gama, 2020, p. 191).

4 - ENFRENTANDO O CAPACITISMO DENTRO DA SALA DE AULA

Numa manhã ao entrar na sala de aula vivenciei atitudes capacitistas vindas de um professor. A aula era sobre Estágio Docente onde nós aprendemos, debatemos e aplicamos o ofício de ser professor. A aula começa e o professor regente propôs uma dinâmica na qual, eu não poderia participar. Afinal, como eu iria pular utilizando uma cadeira de rodas? Ele utilizou a seguinte afirmação: “Você não pode participar dessa atividade!”. Fiquei pensando “Como este professor está nos ensinando a dar uma aula interativa e dinâmica? Como ele não pensou em me incluir?”. Os demais alunos perceberam que eu não me senti confortável após o comentário, mas ninguém interviu, todos foram omissos. Eu fiquei sem reação, não tive nem palavras para descrever o que eu estava sentindo. Senti meu rosto aquecendo e a minha vontade era chorar, isso sempre acontece quando eu fico com raiva. Mas, naquele momento eu só queria sair daquela sala de aula e esquecer o que tinha acabado de acontecer. Conforme aponta Ramírez (2020), não estamos acostumados a lidar com o fracasso, porque o fato de não “ser capaz” de suprir com as expectativas da sociedade nos remete instantaneamente ao pensamento de que é nossa responsabilidade sempre demonstrar positividade, resiliência, dedicação, entre outras terminologias para ultrapassar a discriminação.

Segundo Vendramin (2019), o capacitismo está nas entrelinhas do nosso cotidiano, por isso não identificamos de forma imediata ações capacitistas, porque é algo que já foi naturalizado. Chorar naquele momento demonstraria fraqueza. Não que eu seja forte a todo o momento, mas eu não conseguia externar nada, só permaneci observando e pensando sobre a falta de empatia do professor. De acordo com García (2020, p. 19, tradução minha), “as emoções são como cola entre corpos e são performativas. Dar um lugar às emoções e encarná-las faz parte da nossa vida diária...”. E, nessa hora o termo resiliência não fazia mais sentido. Por que até quando eu iria ficar resistindo contra o preconceito? Após o final da aula, eu saí da sala e comecei a planejar a atividade da semana seguinte, cuja a atividade era preparar uma aula para expor aos demais docentes e discentes. Nesse momento, vi a oportunidade perfeita para demonstrar ao professor os efeitos que a sua aula excludente, capacitista e despreparada me causaram.

O tema da minha aula foi “O estigma social sobre o corpo das pessoas com deficiência e outras implicações” e demonstrei como não ser capacitista, mostrando para todos presentes que eles são os agentes sociais que devem contribuir para eliminar as imposições sociais sobre o corpo da pessoa com deficiência e promover atitudes que venham efetivar a autonomia dessas pessoas. Talvez eu tenha sido um pouco rude e enfática ao comentar sobre a aula do professor e os efeitos que causaram em mim, mas eu não poderia mais uma vez deixar a sociedade ditar sobre o que eu posso ou não fazer.

Segundo Hernandez (2020), a fragilidade é a possibilidade ser/estar no mundo, ou seja, se assumir frágil é uma forma de resistência. Naquele momento eu me senti capaz de enfrentar qualquer pessoa ou dificuldade, porque eu estava falando o que senti/sinto quando atitudes excludentes tiram a minha oportunidade de me expressar.

Para Bourdieu (1989, p. 55) “a interação é a resultante visível e puramente fenomênica, da intersecção dos campos hierarquizados”. Isto significa que dentro do ambiente universitário há uma estrutura em que as posições sociais já estão definidas (capital social). Por isso, a atitude do professor possui legitimidade e força perante todos os alunos. Assim, a forma como o discurso e a conduta do professor ao não me incluir na atividade reforça a necessidade de compreensão que a luta em prol da educação de pessoas com deficiência nos cursos do ensino superior deve garantir a participação e espaço para diálogo sobre práticas metodológicas inclusivas.

Se faz necessário compreender que o diálogo é importante e reconhecer que ele possuindo um status no meio social como professor de Ciências Sociais, o mesmo não reproduzisse mais falas e atitudes capacitistas (Vendramin, 2019) e evidencie que a forma como definimos o outro resulta em consequências que podem marcá-los para sempre.

Sendo assim, proporcionar aos alunos com deficiência um ambiente inclusivo não é tarefa fácil, mas exige do professor comprometimento com a docência, afim de desprender-se dos métodos convencionais. É necessário que se conheça a especificidade do aluno para que se possa construir de forma coletiva as metodologias que serão aplicadas (Kastrup; Pozzana, 2020).

Afirmar que a inclusão é um direito, não significa sustentar a autoaplicabilidade das leis, nem supor que sua mera existência resolva os problemas ou que baste a presença e a manifestação da coerção para que sejam efetivas. Uma mudança legislativa é uma mudança imposta pelo Estado. Reflete a relação Estado-coletividade. Em virtude de imposição legal, o Estado força mudanças sociais. No caso da legislação inclusiva, seus destinatários são tanto o poder público como a coletividade. (Braga; Schumacher, 2013, p. 386)

A inclusão do estudante com deficiência é garantida por lei, mas a sua efetivação não depende somente dos órgãos públicos ou privados. É preciso que a sociedade entenda que são direitos garantidos, e não favores concedidos ou mera caridade. Quando há um entendimento acerca de que a diferença faz parte da diversidade humana, podemos garantir e promover nossos direitos sem ter que ir buscar, lutar ou questionar as Instituições.

Vivenciamos o capacitismo quando não encontramos acessibilidade, seja ela arquitetônica, atitudinal, social, entre outras. Logo, é comum ouvirmos sobre a invisibilidade de grupos minoritários, porém existem aproximadamente 15% de pessoas com algum tipo de deficiência no mundo, equivalente a mais de um bilhão de pessoas (Who, 2012). Fica explícito que esse grupo é tido como minoritário não por questões numéricas, mas porque não se reconhece a humanidade de ser PESSOA COM DEFICIÊNCIA, pois sempre foi algo a ser “escondido”, “eliminado” ou repudiado (Silva, 2010). Segundo Martins e Barsaglini (2011), quando uma pessoa não consegue desempenhar funções do cotidiano devido sua deficiência, elas passam a ser descredibilizadas moralmente pelos demais. Por isso, não reconhecer pessoas com deficiência como seres autônomos torna as políticas públicas e a acessibilidade passíveis de serem ignoradas.

5- CONCLUSÃO

A autoetnografia proposta neste estudo buscou dar voz ao corpo oprimido que não corresponde aos padrões corporais de autossuficiência. Como também se propôs a gerar questionamentos, divulgar os direitos das pessoas com deficiência, dar lugar às emoções e vulnerabilidades. A contribuição deste estudo vem somar com as produções nacionais, levando em consideração que a maioria das referências utilizadas nos estudos autoetnográficos ainda são de autores estrangeiros. Além de incentivar outros pesquisadores, na medida em que autoetnografia constrói o seu campo de conhecimento contrariando a hegemonia do saber nas estruturas de ensino. As reflexões propostas a partir do relato de experiência capacitista que me atravessou durante a inserção no ambiente universitário demonstra que ainda há um longo caminho a percorrer. Mesmo com os direitos garantidos por Lei, a sociedade desconhece e continua deslegitimando a cidadania das pessoas com deficiência. Por meio do relato, é possível perceber a dificuldade de enfrentar as Instituições, pois as suas políticas já estão definidas, mas questioná-las é necessário. Tendo em vista que é direito instituído por Lei ter uma educação que disponibilize meios para manter a participação, acessibilidade e a permanência.

As questões que envolvem as práticas metodológicas do professor de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará certificam que é necessário haver um diálogo entre a coordenação do curso e os professores, pois a partir do momento em que se efetiva a matrícula na disciplina, os mesmos não são informados sobre as especificidades dos alunos com deficiência. Por isso, é necessário que se construa um espaço de diálogo para dispor e buscar desenvolver alternativas em prol de metodologias mais inclusivas. Na medida em que reconhecemos a cidadania das pessoas com deficiência, consequentemente estamos reconhecendo o seu pertencimento aos ambientes, sejam eles as Universidades, áreas de lazer ou ambiente de trabalho. Dessa forma, estamos contribuindo para a eliminação das barreiras atitudinais presente no meio educacional e social.

Sendo assim, é imprescindível dar voz à pessoa com deficiência para que seja possível construir um ambiente inclusivo em que a sua forma de ter autonomia e independência sejam validadas, e não mais passando a enquadrá-las em padrão corporal de normatividade. Visto que, podemos desempenhar as funções da vida social, a partir do momento em que nos é dada condições de igualdade, considerando as especificidades que demandam cada pessoa com deficiência.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989. Disponível em: <https://nepego.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

BRAGA, Mariana Moron Saes; SCHUMACHER, Aluisio Almeida. Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. *Sociedade e Estado*, v. 28, p. 375-392, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/se/a/w7mWRyGCMp7tZhr74tnjDxk/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 07 de junho de 2022.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União* 2015; 7 jul. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 29 de março de 2022.

BRILHANTE, Aline Veras Moraes. Claustrofobia: uma exploração performática e autoetnográfica sobre produção de conhecimento e justiça social. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/sess/a/kf58CSFjXvdvylh4QD5ZrM/>. Acesso em: 13 de março de 2022.

CARVALHO, Mônica Vieira Portugal de. O desenvolvimento motor normal da criança de 0 à 1 ano: orientações para pais e cuidadores, 2011. Tese de Mestrado. Centro Universitário de Volta Redonda. Disponível em: https://sites.unifoa.edu.br/portal_ensino/mestrado/mecmsa/arquivos/37.pdf. Acesso em: 31 de março de 2022.

CRESPO, Ana Maria Morales. Pessoas deficientes, invisibilidade, saber e poder. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH*. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1298916664_ARQUIVO_ARQUIVO112.PESSOASDEFICIENTES,INVISIBILIDADE,SABEREPoder.pdf. Acesso em: 05 de março de 2022.

DALL'ASTRA, Patrícia Velho. A importância da língua de sinais para o desenvolvimento da pessoa surda: a noção de inclusão associada ao

¹ Universidade Federal do Pará, adria.santos@ifch.ufpa.br

sentimento de pertencimento no espaço escolar. Revista Educação Especial, v. 28, n. 51, p. 117-129, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313132931010.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 31 de março de 2022.

DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos. Disponível em: <https://pedagogiafadba.files.wordpress.com/2013/03/texto-1-o-que-c3a9-deficic3aancia.pdf>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 6, p. 64 -77, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbjYM7SzN9bwzysb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Trad. Eduardo Lúcio Nogueira. 9 ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2018/05/As-Regras-Do-Metodo-Sociologico-Emile-Durkheim.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2022.

ELLIS, Carolyn; LOPES, Natânia. "Há Sobreviventes": contando uma história de morte súbita. Sexualidad, Salud y Sociedad. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/sess/a/W4FrnY4krD5dQjBBxb9HrjC/>. Acesso em: 06 de março de 2022.

FARIAS, Norma; BUCHALLA, Cassia Maria. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas. Revista brasileira de epidemiologia, v. 8, p. 187-193, 2005. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rbepid/v8n2/11.pdf. Acesso em: 05 de março de 2022.

GAMA, Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. Anuário Antropológico, v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/5872>. Acesso em: 26 de novembro de 2021.

GARCÍA, Brenda Araceli Bustos. Ableism and Neo-Repression: Tabooization of Touch and Aggression on Sensitivities. Nómadas, n. 52, p. 29-43, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=50121-75502020000100029&script=sci_abstract&lng=en. Acesso em: 16 de maio de 2022.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, p. 3061-3070, 2016. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2016.v21n10/3061-3070/>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

GOFFMAN, Ervin. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A., 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4216053/mod_resource/content/0/AULA%2012_Goffman%20-%20Estigma.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

HERNÁNDEZ, Diana Vite. Fragility as Counter-Ableism Resistance: On Agency and Situated Experience. Nómadas, n. 52, p. 13-27, 2020. Disponível em: <http://nomadas.ucentral.edu.co/index.php/component/content/article/2592-estudios-criticos-latinoamericanos-en-discapacidad-nomadas-52/1052-la-fragilidad-como-resistencia-contracapacitista-de-agencia-y-experiencia-situada>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

KASTRUP, Virgínia; POZZANA, Laura. Encontros com a deficiência na universidade: deslocando o capacitismo em oficinas de formação inventiva. Mnemosine, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/viewFile/52679/34294>. Acesso em: 21 de abril de 2022.

LAURENTI, Ruy. Pesquisas na área de classificação de doenças. Saúde e Sociedade, v. 3, p. 112-126, 1994. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sausoc/1994.v3n2/112-126/pt/>. Acesso em: 01 de junho de 2022.

LOPES, Pedro. Deficiência na cabeça: percursos entre diferença, síndrome de Down w a perspectiva antropológica. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde30072020125953/publico/2020_PedroLopes_VCorr.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2022.

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Fiepke. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. Revista Trama, v. 17, n. 40, 2021. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=CAPACITISMO%3A+ENTRE+A+DESIGNA%C3%87%3C%83O+E+A+SIGNIFICA%C3%87%3C%83O+DA+PESSOA+COM+DEFICI%C3%8ANCIA&btnG=. Acesso em: 13 de abril de 2022.

MARTINS, José Alves; BARSAGLINI, Reni Aparecida. Aspectos da identidade na experiência da deficiência física: um olhar socioantropológico. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 15, n. 36, p. 109-122, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/icse/a/7sXdQKdHjKf5n3gHvrs5JS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. Ciência & saúde coletiva, v. 21, p. 3265- 3276, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

PEREIRA, Flávia Liparini; BARROS, Nelson Filice de. Escrita autoetnográfica e performática do silenciamento, embaçamento e colonização dos nossos corpos. Sexualidad, Salud y Sociedad. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/sess/a/GtWnFTrvWF8qj3Z6zKWLXcz/>. Acesso em: 12 de março de 2022.

RAIMONDI, G. A., MOREIRA, C., BRILHANTE, A. V., & BARROS, N. F. D. A autoetnografia performática e a pesquisa qualitativa na Saúde Coletiva: (des) encontros método+ lógicos. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00095320, 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static/arquivo/1678-4464-csp-36-12-e00095320.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2022.

RAMÍREZ, Jhonathan Maldonado. Sentir la discapacidad en tiempos neoliberales: optimismo cruel y fracaso. Nómadas, n. 52, p. 45-59, 2020. Disponível em: <http://nomadas.ucentral.edu.co/index.php/component/content/article/2592-estudios-criticos-latinoamericanos-en-discapacidad-nomadas-52/1054-sentir-la-discapacidad-en-tiempos-neoliberales-optimismo-cruel-y-fracaso>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE A DEFICIÊNCIA / World Health Organization, The World Bank; Tradução Lexicus Serviços Linguísticos: São Paulo - SEDPcD, 2012. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf. Acesso em: 05 de março de 2022.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. Plural, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2017.113972. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972>. Acesso em: 05 de março de 2022.

SANTOS, Wederson Rufino dos. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. Physis: revista de saúde coletiva, v. 18, p. 501-519, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312008000300008>. Acesso em: 05 de março de 2022.

SILVA, K. C. B. da. A exacerbação do papel do especialista na educação brasileira: um percurso histórico. Revista Angelus Novus, (1), 163-189, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/ran.v0i1.88835>. Acesso em: 02 de outubro de 2021.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos, 2019. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389>. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. Letras de hoje, v. 37, n. 4, 2002. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=autoetnografia%3A+uma+alternativa+conceitual&btnG=&oq=autoetnografi)

[BR&as_sdt=0%2C5&q=autoetnografia%3A+uma+alternativa+conceitual&btnG=&oq=autoetnografi](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=autoetnografia%3A+uma+alternativa+conceitual&btnG=&oq=autoetnografi). Acesso em: 08 de março de 2022.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência, Capacitismo, Autoetnografia, Direitos